

Maria Lígia Prado

**O POPULISMO
NA AMÉRICA LATINA
(Argentina e México)**



Copyright © Maria Lígia Prado

Capa:
123 (antigo 27)
Artistas Gráficos

Revisão:
José E. Andrade
Nobuca Rachi

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	7
<i>O Populismo Mexicano</i>	13
<i>O Populismo Argentino</i>	37
<i>Conclusões</i>	67



editora brasiliense s.a.
01042 — rua barão de itapetininga, 93
são paulo — brasil



*Evi quantos éramos, quantos
estavam a meu lado, não eram
ninguém, eram todos os homens,
não tinham rosto, eram povo,
eram metal, eram caminhos.
E caminhei com os meus passos
da primavera pelo mundo.*

Pablo Neruda, *Canto Geral*

INTRODUÇÃO

O populismo latino-americano tem sido bastante estudado, a partir da década de 50, especialmente por sociólogos e cientistas políticos. É um tema controverso, complexo, que recebeu várias interpretações e suscitou muitas polêmicas. De início, convém lembrar que há fenômenos históricos muito diversos no tempo e no espaço denominados *populistas*. Assim, movimentos sociais e políticos ocorridos na África, Ásia, Europa do Leste, Rússia e Estados Unidos receberam tal nomeação.

Para se avaliar a dificuldade de análise e interpretação teórica do populismo, tomemos rapidamente, como exemplos, os casos americano e russo, ambos da segunda metade do século XIX. O americano se caracterizava pela entrada na cena política de um *partido populista* representante dos interesses de pequenos proprietários agrícolas do Oeste que lutavam contra o avanço do grande capital no campo.

Apresentavam um programa agrarista definido, valorizando a terra como a mais importante fonte de riqueza, atacando aqueles que tinham nas mãos os transportes, o crédito, o grande comércio. Batiam-se pela intervenção do Estado na economia, propondo que este coibisse os abusos dos donos do capital.

Na Rússia, o movimento, também conhecido como *narodniki*, negava o capitalismo e valorizava também o agrarismo e os valores camponeses. Pretendia-se revolucionário e fazia uso, como estratégia, de ações armadas. Esses movimentos, o russo e o americano, tinham como denominador comum a valorização do campo e uma crítica mais violenta ou mais branda ao capitalismo.

No entanto, quando aceitamos o conceito de populismo para situações históricas tão diversas, temos, na verdade, que concordar com Ernest Laclau que busca um traço comum a todos os movimentos populistas para, a partir daí, elaborar um conceito. Tal proposta está embasada numa particular visão da história inspirada na perspectiva anti-historicista de L. Althusser, segundo a qual os conceitos teóricos não são historicamente determinados, podendo, pois, valer para situações históricas as mais diversas. Laclau encontra o traço comum a todos os fenômenos populistas, afirmando que "o populismo surge historicamente ligado a uma crise do discurso ideológico dominante que é, por sua vez, parte de uma crise social mais geral". Essa crise social mais geral pode ser assim entendida: "uma crise particularmente grave no bloco de poder, que leva uma de suas

frações a tentar estabelecer sua hegemonia através da mobilização das massas, e uma crise do transformismo". (*Política e Ideologia na Teoria Marxista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 182-183).

Nossa concepção da história, entretanto, nos leva numa outra direção: a produção e a validade dos conceitos não podem prescindir das configurações históricas específicas e determinadas; em outros termos, os conceitos teóricos, como "abstrações reais", são historicamente determinados. Por isso mesmo, nos restringimos à discussão do populismo latino-americano dos anos 30 a 60.

Também na América Latina o populismo se refere a situações históricas diferentes ocorridas em vários países; em alguns países, os líderes populistas chegaram ao poder e, em outros, jamais o alcançaram. De forma geral, denominam-se populistas os governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) e o de João Goulart (1961-1964) no Brasil, o de Juan Domingo Perón (1946-1955) na Argentina, o de Lázaro Cárdenas (1934-1940) no México, o de Victor Paz Estensoro (1952-1956/1960-1964) e Hernán Siles Zuazo (1956-1960) na Bolívia, o de José María Velasco Ibarra (1934-1935/1944-1947/1952-1956/1961 e 1968-1972) no Equador, além de também serem considerados como populistas os movimentos políticos apristas (APRA-Peru, liderado por Victor Raul Haya de la Torre) e o gaitanismo (Colômbia, liderado por Jorge E. Gaitán), que nunca chegaram ao poder.

As análises mais conhecidas sobre o populismo latino-americano procuram estabelecer algumas ca-

racterísticas comuns a todos os movimentos em busca de um conceito abrangente de todas essas realidades. Temos assim estudos gerais sobre o populismo que procuram identificá-lo com uma situação histórica, típica da América Latina. Os sociólogos argentinos Gino Germani e Torcuato di Tella construíram modelos que pretendem dar conta da explicação do fenômeno. Partem do pressuposto de que o populismo ocorre numa situação de "transição", isto é, na passagem da assim chamada sociedade tradicional — agrária, pré-capitalista, atrasada — para a sociedade moderna — capitalista, urbana e industrial. As raízes do populismo estão na assincronia entre os processos de transição de uma sociedade para a outra. Germani faz uma distinção muito clara entre o processo histórico europeu e o latino-americano, distinguindo as especificidades próprias de uma sociedade subdesenvolvida. Assim, na Europa, a passagem de uma democracia com participação limitada para uma democracia com participação ampliada se faz sem grandes rupturas do ponto de vista político, ocorrendo uma integração através de canais políticos legalizados pelo sistema vigente. Na América Latina, a mobilização prematura das massas, gerando pressões sobre o aparelho político, não encontrou amadurecidos os canais de participação política exigidos. Assim, a integração das massas não ocorre como no modelo europeu, surgindo a possibilidade da manipulação das massas — caracterizada pela coexistência de traços tradicionais e modernos em sua constituição — por intermédio das

elites defensoras do *status quo*.

Di Tella parte dos mesmos pressupostos que Germani e insiste na condição "periférica" da América Latina. Entende que o populismo é um movimento político que conta com o apoio das massas populares urbanas e rurais e de outros grupos sociais — camadas médias e setores da burguesia — que se apóiam numa ideologia *anti-status quo*, motivados por uma insatisfação com a reversão de suas expectativas com relação ao papel que deveriam desempenhar na sociedade (denominada pelo autor de incongruência de *status*).

Em resumo, tanto Germani quanto Di Tella elaboram modelos genéricos e tipológicos para efetuar a compreensão do populismo latino-americano.

Nossa análise do populismo está próxima da perspectiva teórica de Francisco Weffort, que propõe um estudo de situações concretas, específicas, para se chegar à compreensão do populismo em suas diversas vertentes latino-americanas. Desse modo, para o entendimento do fenômeno seria necessário o estudo das diferentes manifestações populistas, abandonando-se o estudo do populismo em geral. Weffort entende que o populismo foi um fenômeno político que assumiu muitas facetas e se tornou muito difícil fazer "uma referência de conjunto ao movimento populista que englobe toda a sua diversidade".

Para o autor, o populismo se apresenta como a expressão da emergência das classes populares no cenário político. Essa emergência se torna possível no momento de crise aguda do sistema liberal-oligár-

quico que explode com a crise de 1929, e propicia uma ruptura da hegemonia política oligárquica. Essa crise de hegemonia, quando nenhuma fração de classe tem força suficiente para assumir o poder, oferece a possibilidade do surgimento dos regimes populistas na América Latina.

"Desse modo, o novo regime já não é oligárquico, não obstante as oligarquias não tenham sido fundamentalmente afetadas em suas funções de hegemonia social e política aos níveis local e regional e se encontrem, de algum modo, representadas no Estado. Se fosse necessário designar de algum modo a essa forma particular de estrutura política, diríamos que se trata de um *Estado de Compromisso* que é ao mesmo tempo um *Estado de Massas*, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular." (*O Populismo na Política Brasileira*, Rio, Paz e Terra, 1978, p. 70).

Nosso procedimento, neste trabalho, consiste, assim, na análise das experiências do populismo no México e Argentina, onde procuramos compreender o significado desses fenômenos, a partir do exame do processo histórico desses países. A opção de análise se fez em virtude de termos, no México e Argentina, governos populistas — Cárdenas e Perón — onde podem ser melhor avaliadas as possibilidades e os limites da política populista em países capitalistas da América Latina.

O POPULISMO MEXICANO

Lázaro Cárdenas chegou ao poder no México através de eleições, como candidato do Partido Nacional Revolucionário, em 1934 e lá permaneceu até 1940. Seu período governamental é considerado como a expressão mais clara e límpida do populismo mexicano.

Para que se compreenda o populismo cardenista, na sua especificidade, torna-se imprescindível que, pelo menos, se conheça o processo histórico mexicano a partir da Revolução Mexicana de 1910-1920. Não é possível, neste volume, realizar uma análise mais extensa da Revolução Mexicana; restringimo-nos, assim, a algumas rápidas considerações sobre a mesma.

Ressalte-se, a princípio, que durante o processo de independência política (1810-1821), as lutas no México foram marcadas pela presença camponesa, organizada num peculiar exército de "esfarrapados"

liderados pelos padres Hidalgo e Morelos. Carregando o estandarte da Virgem de Guadalupe, esses camponeses exigiam terras e Morelos chegou mesmo a esboçar um programa no qual preconizava a distribuição — para os camponeses — de terras da Igreja, o maior proprietário rural mexicano. A presença camponesa nas lutas pela independência aponta uma situação nada comum ao processo de independência de outros países da América Latina.

Na segunda metade do século XIX, em particular sob Porfírio Diaz (1876-1880/1884-1911), assistiu-se, em território mexicano, a um notável processo de concentração da propriedade fundiária, ao lado do dismantelamento da tradicional propriedade comunal indígena. Este processo agravou de forma aguda a já difícil situação dos camponeses mexicanos. A pauperização no campo, a perda das terras, a opressão dos grandes proprietários sancionada pelo Estado porfirista atuaram como estopim responsável pela participação camponesa na Revolução. Seus grandes líderes, Emiliano Zapata e Francisco Villa elaboraram planos em que suas reivindicações estavam explícitas: terra para os despossuídos.

A revolução camponesa de 1910 assumiu grandes proporções e postulou modificações notáveis para toda a sociedade. Durante 10 anos, lutas sangrentas mataram por volta de 1 milhão de pessoas e deixaram para as gerações posteriores uma marca indelével. Todavia, se os agentes primordiais da revolução foram os camponeses, na verdade, a direção

política do movimento, depois de 1915, ficou nas mãos da burguesia. Nas lutas políticas que se travaram, os camponeses foram os perdedores da batalha e seus líderes, depois de vencidos política e militarmente, foram assassinados: Zapata morreu numa emboscada em 1919 e Villa em 1923.

A Constituição mexicana de 1917, elaborada por uma Assembléia Constituinte, está marcada pelo calor dos debates políticos e ideológicos, e pelo eco não distante das lutas armadas. Para muitos autores, a sombra de Zapata — já batido politicamente, mas ainda mantendo focos armados rebeldes — pairava sobre a Assembléia Constituinte; na Constituição, a mais avançada e progressista da América Latina para a época, estavam garantidas muitas das reivindicações camponesas, como, por exemplo, a reforma agrária.

Durante a década de 20, a burguesia, pressionada interna e externamente — os Estados Unidos da América, por exemplo, para reconhecerem o governo revolucionário, exigiam que se pusesse um paradeiro às reivindicações dos operários das indústrias petrolíferas norte-americanas —, procurou frear as conquistas operárias e camponesas, transformando a Constituição em letra morta. A reforma agrária continuou a processar-se, mas de forma lenta e burocratizada, enquanto que as leis trabalhistas não eram postas em prática.

A crise de 1929 repercutiu no México, como de resto em toda a América Latina, de forma contundente. A situação econômica agravou-se; a queda dos

preços da prata acarretou uma crise na mineração logo acompanhada por outros setores mineradores, como o ouro, o cobre, o zinco, cujos preços também se reduziram. A produção petrolífera, que já vinha enfrentando sérios problemas, teve sua produção mais reduzida.

À crise mineira e petrolífera somou-se a crise da agricultura: o milho e o feijão, principais produtos alimentícios, tiveram sua produção — nas últimas safras abaladas por causas naturais — mais diminuída ainda pela queda dos preços. A produção do algodão para consumo interno e para exportação também sofreu queda de produção e baixa de preços.

No México, como no Brasil e Argentina, a crise de 29 acarretou um fenômeno na indústria conhecido como "processo de substituição de importações". O comércio internacional, chegando a níveis sofríveis, atuou como forte estímulo para a industrialização nacional; diante do impasse crítico em que se encontravam as economias agro-mineiras exportadoras, despontou, para a burguesia de alguns países da América Latina, a possibilidade de investimento na indústria, como alternativa econômica.

A crise econômica afetou, como é evidente, a situação dos operários e camponeses: salários mais baixos, alimentos de primeira necessidade mais caros e, principalmente, desemprego, repercutindo todos esses fatores na debilitação das organizações operárias e camponesas. Em 1932, segundo fontes oficiais, havia 339 300 desempregados, representando 7% das forças produtivas. Esses números não levavam em



Reunião de populares na cidade do México às portas de um comitê eleitoral.

conta milhares de trabalhadores agrícolas e de diaristas, sem trabalho; para alguns autores, o número de desempregados atingiu quase 1 milhão de pessoas. As migrações internas foram consideráveis e o êxodo rural contribuiu para que a população das cidades aumentasse sensivelmente, crescendo o número daqueles que viviam em condições miseráveis.

Como estavam organizados os trabalhadores? No início da década de 20, surgiu a Confederación Regional Obrera Mexicana (CROM), sob a liderança de Luis N. Morones, apoiada e subordinada ao Es-

tado burguês pós-revolucionário de Alvaro Obregón (1920-1924) e Plutarco Elias Calles (1924-1928). Durante o período de Calles, Morones foi Secretário de Indústria, Comércio e Trabalho, usando seu posto para aglutinar núcleos cada vez maiores em torno da CROM, que alcançou uma grande força. Havia outras organizações sindicais como a Confederación General de Trabajadores (CGT), que procurava manter sua independência frente ao Estado, e a Confederación Sindical Unitária de Mexico (CSUM), organizada pelos comunistas no começo de 1929, reprimida e lançada à clandestinidade logo no seu início. As duas últimas, no fim da década de 20, estavam enfraquecidas e em processo de decomposição política. A crise de 29 agravou ainda mais essa situação, levando a própria CROM a uma nítida decadência. Em 1931, no auge da crise, Lombardo Toledano, importante líder sindical, afirmava: "hoje tudo é opaco, tudo é cinzento, tudo é obscuro, em qualquer lugar se respira um ambiente de desconcerto, de pobreza, de decadência, de concupiscência".

No fim dos anos 20, a maior parte das organizações camponesas estava extinta em quase todo o país. Ainda que não houvesse uma organização camponesa nacional da envergadura da CROM, os camponeses tinham demonstrado seu descontentamento com relação à situação agrária do país em diversas manifestações, inclusive em esporádicos levantamentos armados, o mais importante dos quais foi a Revolta dos Cristeros (1926-1929).

Lembremos ainda, as questões políticas com que se debatia o México no período; em 1928, apresentavam-se duas grandes correntes políticas antagônicas: de um lado, os partidários de Obregón, defensores de uma política "caudilhesca" de lealdades pessoais, liderança individual, atomização de poderes. De outro, aqueles que estavam ligados a Calles, portadores de uma outra visão que *propunha a consolidação institucional, a legitimação e a imposição de instituições políticas que conduzissem à centralização do poder, superando a fragmentação econômica e política pós-revolucionária*. A corrente vitoriosa — com o governo de Lázaro Cárdenas — constituiu-se numa combinação das duas anteriores.

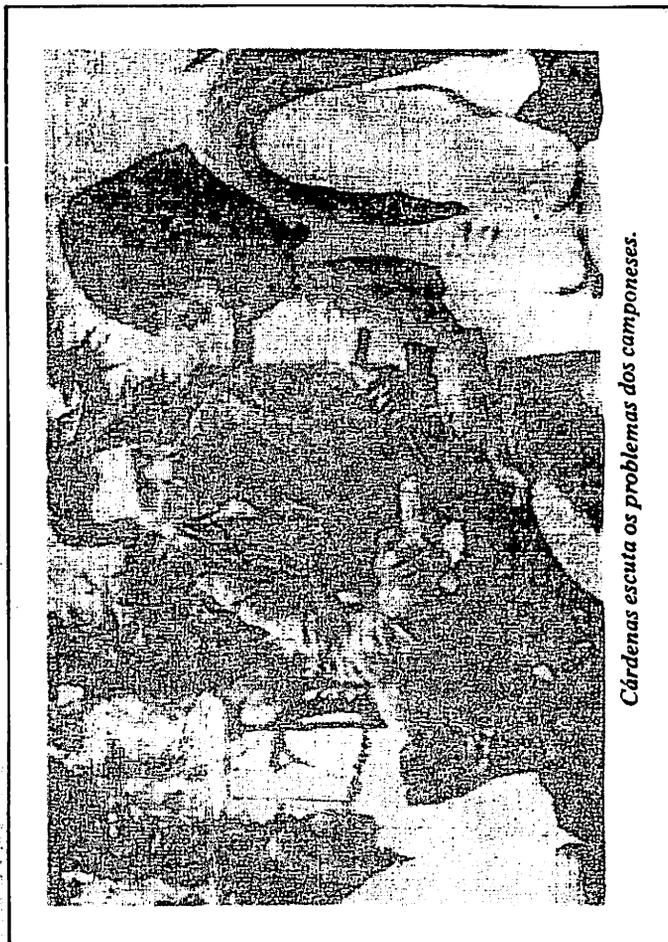
Outro instrumento importante para a consolidação institucional da Revolução foi a criação, em 1929, por Calles, do Partido Nacional Revolucionário (PNR), que se transformou em catalisador das reivindicações políticas e único instrumento legal de atuação política.

Cárdenas, como candidato do PNR, assumiu como plataforma de seu governo o "Plano Sexenal", que havia sido elaborado por uma equipe organizada pelo partido, em 1933. Como diz O. Ianni, em seu trabalho sobre Cárdenas, "o plano sexenal parece consubstanciar uma política econômica na qual se distinguem os seguintes elementos: a) ao Estado cabe uma participação ampla, direta ou indireta, na organização e dinamização das relações de produção, das forças produtivas e da acumulação de capital; b) a política econômica governamental deve ser condu-

zida de modo a reduzir ou eliminar a dependência externa, a fim de que a economia nacional adquira autonomia, ou maior autonomia; c) o governo deve atuar no sentido de que se apliquem, de modo efetivo e generalizado, os dispositivos da legislação sobre as relações de produção, já que as massas operárias e camponesas são o fator mais importante da coletividade mexicana". (*O Estado Capitalista na Época de Cárdenas*, S. Paulo, Cebrap, 1975, mimeog.).

Notemos que, de certa forma, aí estava lançada a orientação de base do governo Cárdenas. Não foi, *portanto*, da perspectiva isolada de um homem que brotaram as diretrizes do governo populista mexicano. Cárdenas faz parte de um contexto histórico amplo; ele é um homem de seu tempo e, como tal, responde às necessidades, às angústias, às propostas do momento histórico. O encaminhamento político das questões fundamentais do México já tinha sido anunciado por Calles, que representa, em verdade, uma forte corrente de pensamento e ação políticas. As organizações operário-camponesas, suas reivindicações, suas lutas, também repercutiram e encaminharam algumas das soluções encontradas por Cárdenas. A crise de 29, aprofundando as dificuldades econômicas mexicanas, abriu a possibilidade da existência de um governo mais realista, mais coerente e mesmo mais radical nas suas decisões, em virtude da problemática situação a ser enfrentada.

O México começou a superar a crise em 1933 e Cárdenas, a partir de 1934, tomou medidas econômicas e sociais que visavam, concomitantemente, à



Cárdenas escuta os problemas dos camponeses.

superação da crise e o crescimento das forças produtivas capitalistas. Mas o que foi o governo de Cárdenas? Em que ele se distinguiu dos demais?

Em primeiro lugar, indiquemos sua postura com relação ao problema agrário camponês. A reforma agrária, como já foi dito, estava consagrada no artigo 27 da Constituição Mexicana de 1917, que declara: "Os 'pueblos', 'rancherías' e comunidades que careçam de terras e águas, ou não as tenham em quantidade suficiente para as necessidades de sua população, terão direito a que se lhes dote delas, tomando-as das propriedades imediatas, respeitando sempre a pequena propriedade". No entanto, essa dotação vinha sendo realizada de forma muito precária até Cárdenas. Este dinamizou o programa de reforma agrária e distribuiu, aproximadamente, 18 milhões de hectares a 772 mil *ejidatários*, enquanto que, entre 1915 e 1934, haviam sido entregues 10 milhões de hectares a 1 milhão de camponeses. Pela Tabela I, podemos acompanhar as diferenças.

Esclareçamos que o *ejidatário* é o camponês que recebe um *ejido*; o *ejido* tem, nos tempos coloniais, um significado particular, diferente do utilizado correntemente no período pós-revolucionário. O *ejido* atual constitui-se numa criação da Revolução Mexicana; é propriedade da nação, cedida em usufruto individual perpétuo e hereditário aos camponeses; não se apresenta como uma forma de propriedade comunal, mas sim como uma forma disfarçada de pequena propriedade privada. O *ejido* é produto de um processo de dotação — onde não há compra —,

TABELA I
DOTAÇÕES AGRÁRIAS POR REGIMES PRESIDENCIAIS

Presidentes	Períodos	Milhares de Hectares	Porcentagem
Venustiano Carranza	1915-1920	132	0,3
Adolfo de la Huerta	Mai.-Nov. 1920	34	0,1
Alvaro Obregón	1920-1924	971	2,0
Plutarco Elías Calles	1924-1928	3088	6,4
Emilio Portes Gil	1928-1930	1173	2,4
Pascual Ortiz Rubio	1930-1932	1469	3,0
Abelardo Rodríguez	1932-1934	799	1,7
Lázaro Cárdenas	1934-1940	17 890	37,1
Manuel Ávila Camacho	1940-1946	5519	11,5
Miguel Alemán Valdés	1946-1952	3845	8,0
Adolfo Ruiz Cortínez	1952-1958	3 199	6,6
Adolfo López Mateos	1958-1962	10 043	20,9
Total de terras entregues até 31 de agosto de 1962		48 162	100,0

FONTE: Informes Presidenciales.

Tabela reproduzida de *50 Años de Revolución Mexicana en Cifras*. México, Subgerencia de Investigaciones Económicas, 1963, p. 46. Apud Octavio Ianni, *ob. cit.*, p. 72.

procedendo da expropriação de latifúndios, de terras do Estado, etc.

O latifundismo recebeu um duro golpe, mas mesmo assim, em 1940, o censo registrou pouco mais de 300 propriedades de mais de 40 mil hectares, ocupando uma extensão total de mais de 30 milhões de hectares.

A redistribuição das terras realizada por Cár-

denas, no entanto, não impediu que o setor privado da agricultura permanecesse forte, ainda que durante o período cardenista as terras *ejidais* produtivas tenham passado de 13,4% a 47,4% do total das terras. Cárdenas tomou ainda outras medidas, como a criação, em 1936, do Banco Nacional de Crédito Ejidal, para financiamento da produção dos *ejidos*.

Começa a delinear-se o perfil do governo populista mexicano, com a concessão de terras aos camponeses, respondendo às suas velhas e marcantes aspirações, e o ataque aos latifundiários, no rastro da tradição da Revolução Mexicana. Não nos esqueçamos que, em 1930, a população mexicana era predominantemente rural — e continuará a sê-lo pelos 30 anos seguintes —, constituindo 80,2% da população total, perfazendo 13 milhões de habitantes; nas cidades, viviam apenas 19,8%, num total de 3 milhões de pessoas.

A década de 30, todavia, enfrentou mudanças econômicas importantes: a indústria despontava como setor cada vez mais dinâmico. Pela Tabela II, podemos verificar o crescimento da produção industrial nessa década.

O Estado cardenista aparecia como fator atuante nessa mudança, estimulando o desenvolvimento capitalista no México, ao mesmo tempo em que procurava responder às aspirações operárias de maneira direta e incisiva. A proposta fundamental de Cárdenas para a resolução dos problemas operários reduzia-se a fazer cumprir a lei. Pela Constituição de 1917, os direitos operários estavam garantidos, tendo

TABELA II
PRODUTO NACIONAL BRUTO POR SETORES
(Milhões de pesos de 1950)

	1910	1921	1930	1940	1950	1960
Produto Nacional Bruto	13 524	14 560	15 538	20 721	41 500	67 000
Atividades primárias	3 712	3 685	3 056	4 248	9 877	15 410
Setor Industrial	2 704	3 129	3 945	5 159	13 489	24 187
Serviços	7 108	7 746	8 537	11 314	18 134	27 403
Porcentagem do PNB:						
Atividades primárias	27,4	25,3	19,7	20,5	23,8	23,0
Setor Industrial	20,0	21,5	25,4	24,9	32,5	36,1
Serviços	52,6	53,2	54,9	54,6	43,7	40,9

Tabela reproduzida de *50 Años de Revolución Mexicana en Cifras*, citado p. 34.

Apud Octavio Ianni, *ob. cit.*, p. 60

sido ainda reforçados pela Lei Federal do Trabalho, de 1931. A Constituição assegurava, pelo seu artigo 123, a jornada máxima diária de oito horas, proibição de trabalhos insalubres para as mulheres e jovens com menos de 16 anos, descanso semanal obrigatório, salário mínimo, direitos à mulher gestante, responsabilidade empresarial no caso de acidentes de trabalho, direito legal de sindicalização, direito à greve, etc. Sem dúvida, este artigo mostrava-se bastante avançado para a América Latina da época.

Como Cárdenas se propunha a cumprir a lei, considerava legais as greves, entendendo-as como armas legítimas de pressão para que os operários alcançassem melhores condições de existência. Durante seu governo, ocorreram inúmeras greves, sem que o Estado interviesse ou as reprimisse. Em 1936, ano do auge das manifestações operárias, houve 674 greves, envolvendo 113 885 trabalhadores.

E os patrões, a burguesia, como encaravam essas proposições de Cárdenas, de dividir as terras, patrocinar o cumprimento das leis, aceitar as greves passivamente? Setores da burguesia, inconformados com o populismo de Cárdenas, faziam-lhe oposição, pressionando para que pusesse termo à sua política. Num primeiro momento, não tiveram clareza das vantagens que auferiam, pois Cárdenas, ao lado dessas medidas sociais, procurou de todas as maneiras incentivar o desenvolvimento capitalista no México. O governo populista desenvolveu um vasto programa de obras públicas, abrindo possibilidades para novos investimentos de capital, permitindo, assim, aumentar a demanda de produtos do setor privado. Além disso, com a criação de bancos e financiadoras como o Fondo de Fomento Industrial (1936), Banco Nacional de Comércio Exterior (1937), Aseguradora Mexicana (1937) e da vitalização de outras já existentes, como o Banco de México (1925) e a Nacional Financiera (1933), constituiu-se um arcabouço financeiro notável para a dinamização da economia. A burguesia se fortaleceu, cresceu do ponto de vista econômico, mas não estava satisfeita com a política

posta em prática pelo líder populista, demasiadamente voltada para a solução das demandas sociais de operários e camponeses. Além disso, a burguesia se ressentia da intromissão do Estado na economia; na verdade, o Estado investiu em setores de base da economia e a burguesia temia o avanço da estatização.

Cárdenas nacionalizou as empresas estrangeiras de petróleo em 18 de março de 1938 e criou a Petróleos de México, S.A. (Pemex), ficando a exploração do petróleo como monopólio do Estado. Este ato, o primeiro do gênero na América Latina, foi a culminância de um processo político iniciado com reivindicações operárias por melhores salários. Diante da negativa, por parte das empresas estrangeiras de petróleo, de atender às solicitações feitas, o Estado interferiu, apoiando as exigências operárias. Criado o impasse, ele é solvido com a expropriação, "por causa de utilidade pública e a favor da Nação", de todos os bens das empresas, com indenização prevista para um prazo máximo de 10 anos.

Tal medida recebeu muitas críticas, não apenas da parte dos países interessados (EUA, Inglaterra, Holanda), mas também de setores da burguesia mexicana com interesses vinculados ao capital estrangeiro, ou ainda temerosos das repercussões da atitude do Estado mexicano. Para alguns autores, a situação internacional — iminência da guerra, polarização fascismo/democracia — teria sido a responsável pela não intervenção direta (talvez armada) dos EUA no México.

Anteriormente, em 23 de junho de 1937, Cárdenas havia decretado a nacionalização das estradas de ferro, que passaram ao completo controle governamental. Os interesses norte-americanos foram os mais afetados, já que desde o século XIX a maior parte das estradas de ferro mexicanas não passavam de um prolongamento daquelas dos EUA, visando à exportação de matéria-prima nativa para o país vizinho.

No entanto, os investimentos de capital estrangeiro não desapareceram; apenas algumas áreas se alteraram, especialmente a da exploração do petróleo. A Tabela III pode nos dar uma idéia das oscilações dos investimentos norte-americanos no México, em quatro momentos diferentes.

Os traços principais do populismo mexicano começam a tomar corpo: além de uma política de concessão de benesses aos trabalhadores rurais e urbanos, distingue-se o empenho estatal em fazer avançar as forças produtivas capitalistas e a tentativa de um crescimento econômico autônomo, com pinceladas nacionalistas. Há outros elementos característicos desse período, no México, entre eles a perseguição de um objetivo, o da organização das massas trabalhadoras.

Cárdenas, de fato, recuperava o papel das massas no processo político; mas não apenas reconhecia as massas como elemento central de sua política revolucionária, como também queria convertê-las num elemento ativo a serviço da Revolução, através de sua organização. Elas deviam organizar-se, sob a

TABELA III
Inversões Diretas Estadunidenses no México
1929, 1936, 1943 e 1950
(Em milhões de dólares)

Atividade	1929	1936	1943	1950
Mineração	230	213	108	121
Serviços públicos e transportes	164	148	106	107
Indústria manufatureira	6	8	22	133
Comércio e serviços financeiros	9	11	23	32
Agricultura	59	17	14	3
Petróleo	206	69	5	13
Outras	8	13	9	6
TOTAL	683	479	287	415

Obs.: Tabela reproduzida de Nações Unidas, *Las Inversiones Extranjeras en America Latina*, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Nova Iorque, 1955, p. 124.
Apud Octavio Ianni, *ob. cit.*, p. 100.

égide do Estado, para poder encaminhar suas reivindicações. Como afirma acertadamente Arnaldo Córdova, Cárdenas modificava uma velha tradição dentro das fileiras revolucionárias, que consistia em ver os trabalhadores como massa manipulável, pela sua própria desorganização incapaz de atuar por si mesma. "Para Cárdenas o melhoramento (das condições de vida) não haveria de vir como um presente dos governantes, e sim como uma conquista que os próprios trabalhadores deviam realizar e manter uma vez obtida." (*La Política de Masas del Cardenismo*, México, Era, 1974, p. 55).

Pode-se entender, assim, seu empenho na cria-

ção, em 1935, da Confederação Nacional Camponesa (CNC) e, em 1936, da Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), organizações que passaram a viver de subsídios do governo. Essas confederações se transformaram, a nível nacional, nas mais importantes, enquanto que outras confederações continuavam existindo, mas com muito pouca força e prestígio.

A antiga CROM vivia um processo de acentuada e crescente decomposição política que se traduzia numa verdadeira dispersão das organizações sindicais a ela vinculadas. Em 1932, Vicente Lombardo Toledano, um dos líderes da CROM, havia rompido com Morones e em outubro de 1933, juntamente com outros líderes sindicais, organizava a Confederación General de los Obreros e Camponeses de Mexico (CGOCM) que no seu artigo 2º declarava: "O proletariado mexicano preconiza como tática de luta o emprego das armas do sindicalismo revolucionário, que consiste na ação direta dos trabalhadores nas disputas econômicas entre capital e trabalho, e na oposição constante a toda colaboração para evitar que o submetam aos órgãos do Estado ou o limitem em suas possibilidades de elevação econômica e de respeito social". No entanto, se a CGOCM não apoiou Cárdenas, quando de sua candidatura à presidência, o próprio Lombardo Toledano surgia, em 1936, como líder incontestado do CTM, portanto já inteiramente subordinado à órbita do governo populista.

Um decreto havia criado a CNC em 1935, mas ela se consolidava em 28/8/1938, numa assembléia,

na cidade do México, com a assistência de delegados que representavam 37 ligas e sindicatos camponeses. Os sindicatos de assalariados rurais (setores do açúcar e algodão) que a CTM havia organizado com grandes esforços tiveram que ingressar na CNC, que foi imediatamente reconhecida pelo governo, tratamento este diferencial com relação a organizações rurais anteriores. Estava assim selada, sob a direção do Estado, a separação entre trabalhadores urbanos e rurais.

A reformulação do PNR, feita em 1938 por Cárdenas, se revestiu da maior importância para a institucionalização das reivindicações populares. O governo populista estruturou de tal forma o partido que se estabeleceu uma cadeia inquebrantável entre as organizações de trabalhadores, o Partido e o Estado. Para a maioria dos autores, a transformação do PNR em Partido da Revolução Mexicana (PRM) — mais tarde, em 1946, Partido Revolucionário Institucional: PRI — significou a corporativização do partido. Cárdenas dividiu o PRM em 4 setores: o operário, o camponês, o popular e o militar (posteriormente desaparecido).

Em 1938, o PRM contava com cerca de 4 milhões de membros segundo informações do próprio partido; o setor camponês contava com 2 500 000 membros; o setor operário com 1 250 000; o setor popular com 55 000 e o setor militar com 55 000. Note-se que os membros do partido entravam para o mesmo, não como indivíduos, mas como trabalhadores organizados; o PRM consagrava a autonomia

de cada uma das organizações que integravam o Partido, mas essa autonomia se convertia em isolamento completo, pois não era possível a admissão numa organização de elementos pertencentes a outra. Além disso, todos que entravam para o partido se comprometiam a não executar ato algum de natureza político-eleitoral.

O apoio das massas populares ao regime cardenista foi entusiasta e permanente. A mobilização social e a politização se fizeram amplamente durante o regime cardenista; pode-se verificar pelo percentual dos sindicalizados, em diversos governos, até que ponto o regime cardenista conseguiu organizar as massas.

Cárdenas conseguiu, através da organização dos trabalhadores, patrocinada e supervisionada pelo Es-

TABELA IV
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO SINDICALIZADA
(Milhares de pessoas)

Anos	População Total	Força de Trabalho Sindicalizada	% da pop. sindicalizada		
			População Sindicalizada	Sobre o Total	Sobre a Força de Trabalho
1930	16 553	5 352	294	1,8	5,5
1940	19 654	5 858	878	4,5	15,0
1950	25 791	8 272	817	3,2	3,2
1960	34 923	12 014	1 298	3,7	10,8

Tabela reproduzida de *50 Años de Revolución Mexicana en Cifras*, Nacional Financiera, México, 1963, p. 161.
Apud Octavio Ianni, *ob. cit.*, p. 39.

tado, e através da reestruturação do PRM, fortalecer o aparelho Estatal, legitimando-o por meio da adesão das massas.

A partir de 1938, isto é, depois da nacionalização das estradas de ferro e do petróleo, finda a fase de organização dos trabalhadores em centrais, e concluídas as mudanças no partido, as manifestações arrefeceram, os movimentos grevistas cessaram. O Estado passou a defender a idéia de que, alcançadas determinadas metas, era preciso defendê-las e conservá-las. A partir deste refluxo forçado da movimentação das massas, o governo de Cárdenas caminhou cada vez mais para a direita, não avançando sobre as conquistas já alcançadas e fazendo concessões aos grupos mais conservadores.

Este refluxo também caracteriza o governo populista que faz concessões às massas, mas com nítidos limites, numa tentativa de conciliação nacional. Analisemos, agora, a perspectiva que tem o próprio Cárdenas de seu governo.

Cárdenas se pretendia o verdadeiro tradutor das massas mexicanas, defendendo sua participação no jogo político e entendendo como fundamental seu papel na sociedade. As massas — termo tão difuso — eram vistas por ele como motor do progresso de uma sociedade; de outro lado, era imprescindível a atuação da "classe capitalista", responsável pelo crescimento da produção. Toda a sociedade, assim, devia cooperar para que se atingisse o progresso do México, meta ideal do cardenismo. Ao Estado cabia o importante papel de conciliador social, já que apenas

o Estado possuía um interesse geral e podia subordinar os interesses privados às necessidades do progresso do país. Em linhas gerais, essa é a perspectiva de Cárdenas com relação à sociedade: as classes sociais deviam conviver dentro de um projeto nacional comum, garantido e protegido pelo Estado.

Sua meta, para o México, se resumia a um desenvolvimento nem capitalista — os abusos do capitalismo eram sempre denunciados — nem socialista — ainda que vaga e ambigualmente se anunciasse em alguns documentos oficiais — para um futuro distante — a via socialista. Para o presidente, a Revolução Mexicana imprimira sua marca ao país e se caracterizava por ser uma síntese dos dois sistemas.

A política trabalhista de Cárdenas pode ser resumida nos 14 pontos retirados de um discurso que fez, no Centro Patronal de Monterrey, em 11 de fevereiro de 1936. Dos 14 pontos, escolhemos 6 deles:

- a) "O governo é o árbitro e o regulador da vida social";
- b) "Segurança de que as demandas operárias sejam sempre consideradas dentro da margem que ofereçam as possibilidades econômicas das empresas";
- c) "Negação profunda de toda faculdade de intervenção da classe patronal nas organizações trabalhadoras, pois não cabe aos empresários direito algum para invadir o campo de ação social proletária";
- d) "A causa das agitações sociais não tem ori-

gem nos núcleos comunistas. Estes formam minorias sem influência nos destinos do país. As agitações provêm da existência de aspirações e necessidades justas das massas trabalhadoras que não se satisfazem e da falta de cumprimento das leis do trabalho, que oferece material de agitação";

e) "Os fanáticos que assassinam professores têm causado mais dano do que os comunistas; fanáticos que se opõem ao cumprimento das leis e do programa revolucionário e, no entanto, nós temos que tolerá-los";

f) "Os empresários que se sintam fatigados pela luta social podem entregar suas indústrias aos trabalhadores ou ao governo. Isto será patriótico: a greve não".

(Lazaro Cárdenas: *Ideário Político*, México, Era, 1976, pp. 189-190).

Suas afirmações são límpidas e claras; convém ressaltar que os pontos *d* e *e* são pouco usuais entre os governantes latino-americanos, que parecem ver o fantasma do comunismo por trás de qualquer manifestação de oposição ou crítica. Os fanáticos a que o presidente se refere são grupos de simpatizantes do fascismo que não aceitavam a política cardenista.

O último ponto, quando menos, é inédito na história latino-americana; não parece comum encontrar-se um presidente burguês afirmando que os operários podiam fazer greve, e que os patrões não tinham o direito de parar as fábricas, pois isto seria impatriótico.

Coerente com seu projeto, Cárdenas esclarecia o

móvel fundamental de suas proposições. Ele indicava de forma límpida sua perspectiva a respeito da situação histórica mexicana, neste discurso feito a empresários: "Precisamente porque conheço, como revolucionário, em que circunstâncias se incubam as explosões de sentimento popular, recomendo que a classe patronal cumpra de boa-fé com a lei, cesse de intervir na organização sindical dos trabalhadores e dê a estes o bem-estar econômico a que têm direito dentro das máximas possibilidades das empresas; porque a opressão, a tirania industrial, as necessidades insatisfeitas são os explosivos que num momento dado poderiam determinar a perturbação violenta tão temida por vocês". (Lázaro Cárdenas, *Cárdenas Habla!*, México, La Imprentora, 1940, p. 65).

Em suma, Cárdenas, no seu período governamental, realizou uma política social favorável às aspirações camponesas e operárias, estimulou o crescimento capitalista, fortaleceu a estrutura do Estado e nacionalizou alguns setores da economia. Ao lado de uma retórica algumas vezes socializante — um artigo da Constituição, modificando no seu governo, propunha até mesmo uma educação de tipo socialista — deixou bastante evidentes os limites de seu projeto social, pois a estrutura econômico-social do México não foi basicamente alterada, permanecendo dentro dos parâmetros impostos pela acumulação e reprodução do capital.

O POPULISMO ARGENTINO

Perón chegou ao poder, na Argentina, também através de eleições legais, como candidato do Partido Laborista, a 4 de junho de 1946. O peronismo, muito mais que o cardenismo, deixou uma apaixonada herança; a historiografia argentina, em geral, está maniqueisticamente dividida: Perón representa o bem ou o mal. A análise do populismo argentino está evada de justificativas ou de invectivas que transformam o peronismo num fenômeno muito controverso e polêmico. Perón recebeu os mais diversos qualificativos, desde fascista até salvador do povo argentino. Mas, para entendermos tal situação histórica, precisamos, ainda desta vez, recuar no tempo e apresentar resumidamente as condições históricas que propiciaram o advento do peronismo.

A Argentina, muito diversamente do México, é um país com uma população indígena mínima. Os remanescentes indígenas foram esmagados e empur-

rados para a Patagônia, por volta de 1870-1880, numa operação que se denominou "Conquista do Deserto": A população argentina, por essa época, era muito rala — em 1869, havia 1 800 000 habitantes — e existia por parte dos dirigentes políticos a férrea determinação de "europeizar" a Argentina. Esta recebeu, nos últimos vinte anos do século XIX e princípio do século XX, um extraordinário contingente de imigrantes europeus. Em 1914, a população argentina chegava a 7 800 000 habitantes, representando os imigrantes 30% do total.

A Argentina experimentou até a crise de 1929 um período de grande prosperidade econômica, que aos olhos de seus habitantes parecia eterno. Os cereais e a carne abasteciam os mercados europeus, de forma particular o da Grã-Bretanha. O modelo agro-exportador argentino sofreu um profundo abalo em 29 e todas as suas contradições emergiram com as repercussões da crise. A subordinação dos interesses da classe dominante argentina, isto é, os grandes produtores de carne e cereais, aos desígnios britânicos, aparecia em seus nítidos contornos.

O primeiro grande acontecimento posterior à crise foi o golpe de Estado do Tenente General J. F. Uriburu, em 6 de setembro de 1930, que derrubou o governo de Hipólito Yrigoyen, da União Cívica Radical. Lembremos que este partido surgiu em 1891, em oposição ao Estado Oligárquico, congregou os opositoristas sob uma vaga bandeira de reivindicações liberais e democráticas. Para alguns, se apresentava como legítimo representante das classes mé-

dias; na verdade, a UCR jamais deixou de contar em seus postos mais altos com elementos pertencentes à classe dominante, que não estavam vinculados diretamente ao poder político instituído. Chegou ao poder pelo voto secreto, em 1916, com Hipólito Yrigoyen, com uma dúbia plataforma antioligárquica. A UCR elegeu seu candidato à presidência em 1922, Marcelo Alvear, e, em 1928, novamente Yrigoyen. O golpe representou a volta ao poder dos tradicionais interesses exportadores, descontentes com algumas medidas levemente nacionalistas e antioligárquicas do governo radical.

A manifestação mais evidente desses interesses exportadores, pós-golpe de 30, pode ser verificada no famoso Pacto Roca-Runciman, de 1933, entre a Inglaterra e a Argentina. Pelo Pacto, a Argentina, em troca de uma condicional manutenção, por parte da Inglaterra, da quota de importações de carnes, com o direito de restringi-la quando conviesse, se comprometia a fazer inúmeras concessões, com relação a tarifas importadoras, transportes internos e câmbio. As críticas ao pacto foram ferozes, o epíteto de "vende-pátria" se espalhou, mas o pacto se manteve, pois, na perspectiva dos grupos conservadores, o que era bom para eles deveria ser ótimo para toda a nação. Um dos críticos mais conseqüentes da subordinação dos interesses argentinos ao capital inglês, Lisandro de la Torre, afirmava no Senado: "Nestas condições não se podia dizer que a Argentina se converteu num Domínio britânico, porque a Inglaterra não tomaria a liberdade de impor aos Domínios bri-

tânicos semelhantes humilhações... Não sei se depois disto poderemos continuar dizendo: ao grande povo argentino, salud!". O pacto representou de certa forma a década de 30; chamada de infame, essa década foi cenário de fraudes constantes nas eleições, num arremedo de legalidade constitucional — assim foram eleitos em 1931, o General A. P. Justo; em 1937, R. M. Ortiz, que renunciou em 1942, sendo substituído por R. Castillo.

Alfredo Galleti cita alguns exemplos de fraude evidente: "O exemplo de Balcare é revelador: entre uma eleição e outra, se atribuiu ao radicalismo (UCR) 1 689, 459 e 81 votos respectivamente; ao conservadorismo, 1 424, 2 639 e 2 800; em General Sarmiento, 1 573, 40 e 91 votos para o radicalismo e 1 341, 2 857 e 2 270, respectivamente, para o conservadorismo; em Pilar, de 428 votos, o radicalismo, dois anos depois, obteve 2 votos, etc. Se bem é verdade que em certas cidades não se realizava a fraude, na maioria se fazia em grande escala". (*La Política y los Partidos*, México—Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1961)

Além da fraude eleitoral, inúmeras arbitrariedades foram praticadas especialmente contra opositoristas, de forma particular contra líderes operários mais combativos: anarquistas, socialistas e comunistas em sua maioria.

Os anos 30 também assistiram a um grande crescimento industrial; a crise de 29 provocou, ainda que indiretamente, um incremento industrial interno, estimulado pelo declínio do comércio interna-

cional que dificultava as exportações e importações. A indústria argentina cresceu nos ramos de alimentos, têxteis e metalurgia leve, sem qualquer desenvolvimento de uma indústria de base. Mas a agricultura de exportação continuava ainda como sustentáculo fundamental da economia.

O golpe militar de 4 de novembro de 1943, liderado pelo General A. Rawson — logo substituído pelo General P. P. Ramírez, em decorrência de lutas palacianas — declarava publicamente que o movimento se fazia pela restauração da democracia. No entanto, numa declaração secreta, os chefes militares se afirmavam como antiliberais, nacionalistas e advogados da hegemonia argentina na América Latina, preocupados que estavam com o desempenho do Brasil no continente.

Para muitos, a compreensão do golpe de 43 é bastante complexa. Se foram os militares que articularam o golpe de 30, representando os interesses econômicos da fração de classe dominante ligada a interesses exportadores mais diretamente vinculados aos ingleses, como interpretar novo golpe militar que derruba o regime instaurado pelas próprias forças militares? Parece-nos que uma das questões de base está na perspectiva de se ver as forças armadas como um todo homogêneo, como se não houvesse em seu interior qualquer divergência de opiniões ou de posição política. O grupo de militares que liderou o golpe de 43 tinha vinculações diferentes, por exemplo, das do General Uriburu (com o conservadorismo) ou do General L. Dellepiane (com o radicalismo yrigoye-

nista); estava organizado em torno de uma espécie de Logia, o GOU (Grupo de Oficiales Unidos), surgido em 1942 e que se caracterizava pelo nacionalismo, pelas pretensões de hegemonia argentina na América do Sul e por suas simpatias pelo nazifascismo. Para alguns autores, a problemática internacional foi decisiva para a derrubada do governo Castillo, pois a Argentina vinha se mantendo neutra com relação ao conflito mundial e as forças armadas também, nesse particular, mostravam-se divididas entre neutralistas, partidários dos Aliados e aqueles simpatizantes do Eixo. Cogitava-se, à época do golpe, na substituição de Castillo por Patrón Costas, declaradamente favorável aos Aliados. Esta parece ter sido a "gota d'água" que teria desencadeado o golpe.

Em resumo, o golpe, desferido por uma ala das Forças Armadas, nacionalista, simpatizante do Eixo, foi saudado pelos grupos oposicionistas em geral, cansados das arbitrariedades do conservadorismo.

Ironicamente, são os golpistas de 43 os responsáveis pelo rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e o Japão, em 26 de janeiro de 1944, em virtude das pressões que vinham sofrendo, particularmente dos EUA, que ameaçavam o governo com uma denúncia formal sobre a intervenção argentina no movimento nacionalista eclodido na Bolívia. A guerra foi declarada ao Japão e Alemanha, virtualmente derrotados, em março de 1945, como condição para a entrada da Argentina na ONU.

Em fins de 1943, o regime deixava claro seu autoritarismo e conservadorismo ao dissolver todos

os partidos políticos e suprimir o laicismo escolar, tornando obrigatório o ensino religioso, para glória da Igreja Católica.

Assim, ambos os golpes, o de 1930 e o de 1943, são conservadores, mas mantêm muitas diferenças; o de 1930 estava diretamente vinculado aos grupos com interesses exportadores, procurou manter uma fachada legal e pautar-se por princípios liberais. O de 1943 tinha pretensões nacionalistas, expansionistas, era antiliberal e antidemocrático, anunciando uma nova fase na história argentina, mais "moderna", ligada à industrialização.

O então coronel Juan Domingo Perón fazia parte do GOU e se constituiu na "eminência parda" do regime de 43. Quando, depois do rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, Ramirez viu-se obrigado a renunciar, foi substituído pelo então vice-presidente, E. J. Farrell. Perón, ligado a Farrell há tempos, passou então a acumular o cargo na recém-criada *Secretaria de Trabajo y Previsión* com o de vice-presidente da República e ministro da Guerra.

O que há de novo na atuação de Perón? Seu objetivo na *Secretaria de Trabajo y Previsión* foi o de ganhar o apoio dos trabalhadores. No campo, a concretização do Estatuto do Peão, ainda que não alterasse substancialmente as relações entre patrões e trabalhadores, foi um forte sinal de que o governo reconhecia sua existência e se preocupava também com os "humildes". Na cidade, além da concessão de aumentos salariais, obrigatoriedade no cumprimento das leis trabalhistas já existentes, instituição do *agui-*

naldo (uma espécie de 13º salário), foram criados os tribunais do trabalho, regulamentadas as associações profissionais, unificado o sistema de previdência social e ampliados a todos os trabalhadores os benefícios da lei de dispensa.

Por outro lado, Perón desenvolvia uma política trabalhista com a finalidade de desarticular os sindicatos mais politizados, combativos e independentes frente ao governo (anarquistas, socialistas e comunistas), através dos mais variados meios — da cooperação à violência.

Segundo Alberto Ciria, "Perón e sua equipe perceberam, desde os primeiros meses do governo surgido do golpe militar de 4 de junho de 1943, a enorme força disponível que se podia recrutar mediante o apoio de setores maciços de trabalhadores. Também conheciam o estado de permanente luta interna — e em certas ocasiões falta de representatividade — da maioria dos sindicatos agrupados na CGT (Confederación General del Trabajo)... Das duas centrais operárias existentes antes de 4 de junho de 1943, a CGT nº 1 (Domenech) expressará depois do movimento seu apoio às medidas do governo tendentes a reprimir as manobras que encareciam o nível de vida popular. Não protestará pelo fechamento de sindicatos comunistas (ou 'unitários') nem pela detenção de dirigentes desta tendência. A CGT nº 2 (Perez Leirós) foi dissolvida pelas autoridades de fato. Os sindicatos afetados realizaram movimentos de força". (*Partido y Poder en la Argentina Moderna (1930-1940)*, Montevideo, Ediciones de la Flor, 1975,

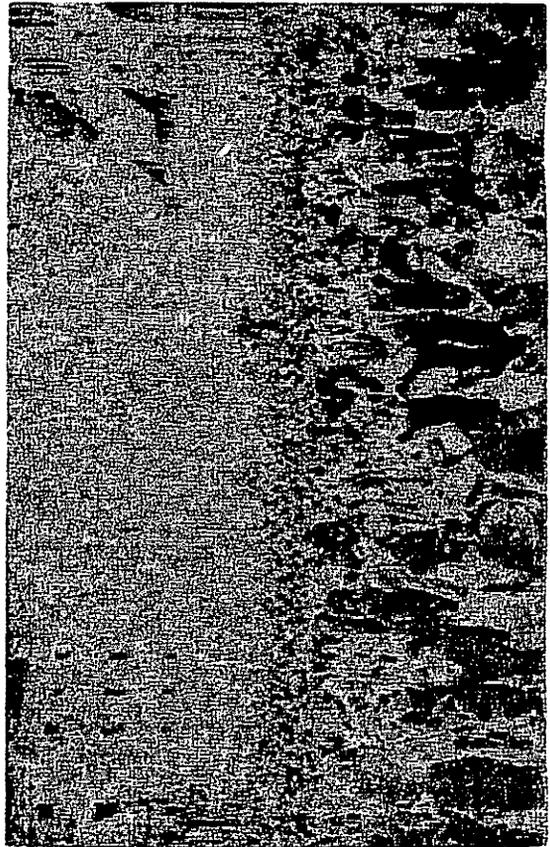
p. 356).

As medidas sociais sustentadas por Perón na *Secretaria de Trabajo y Previsión* não agradavam às classes dominantes, que começaram a se opor a ele; de outro lado, socialistas e comunistas, afetados diretamente por muitas medidas de força, também se opunham a Perón, qualificando-o de fascista. As pressões dos setores dominantes sobre o exército se acentuavam e no dia 19 de setembro de 1945 se realizava a "Marcha de la Constitución y la Libertad", com vistas à destituição de Perón; dela participaram estudantes, profissionais liberais, comerciantes e a classe média em geral; mas os trabalhadores não estiveram presentes, demonstrando já de que lado estavam.

As pressões surtiram resultado, e a guarnição de Campo de Mayo, o maior sustentáculo militar de Perón, decidiu, depois de uma longa reunião, exigir que Farrell obtivesse a renúncia de Perón, em 8 de outubro de 1945. Depois de marchas e contramarchas, no dia 12 de outubro, Perón foi preso e enviado à ilha de Martín García. No dia 17, a pedido do próprio Perón, ele foi transferido para o Hospital Militar em Buenos Aires; nesse dia assistirá a uma extraordinária manifestação popular na Plaza de Mayo onde, aos gritos de "Perón, Perón", exigiam sua libertação. Às 11 horas da noite, Perón falou às massas reunidas na praça, demonstrando sua força, agora evidente. Depois disso, ele aparecia como candidato natural à presidência da nação. Para José Luis Romero, o 17 de outubro pode ser assim entendido:

"O movimento tinha — em grande escala — a mesma estrutura interna de outros que anteriormente a polícia havia organizado para outorgar um pouco de calor popular aos atos do governo da revolução de 1943: mas era inequívoco que agora existia também um movimento espontâneo de massas populares para as quais o nome de Perón se havia transformado em bandeira de um movimento social". (*As Idéias Políticas na Argentina*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 247).

Em 24 de outubro de 1945 era fundado o Partido Laborista (PL), que apoiava a candidatura Perón-Quijano à presidência. Cinco dias depois era anulado o decreto que havia estabelecido a dissolução dos partidos. O PL tinha, no seu programa, itens como a recuperação das indústrias fundamentais, eliminação do latifúndio e divisão das terras, amplas reivindicações de previdência social, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, imposto sobre a renda, etc. "O programa estabelecia como inimigos à 'minoría constituída por latifundiários, fazendeiros, industriais, comerciantes, banqueiros e rentistas e todas as formas do grande capitalismo nacional ou estrangeiro'. Frente a eles se encontra a classe 'trabalhadora' formada por 'operários, empregados e camponeses, juntamente com profissionais, artistas e intelectuais, assim como pequenos comerciantes, industriais e agricultores'. O partido pretendia organizar esta classe trabalhadora em sua totalidade, mas reconhecia como suas colunas principais as 'grandes massas integrantes dos autênticos sindi-



Manifestação popular de 17 de outubro de 1945.

casos de trabalhadores'." (Monica Peralta Ramos — *Acumulación del Capital y Crisis Política en Argentina (1930-1974)*, México, Siglo XXI, 1978, p. 95).

A Argentina estava dividida para as eleições de 24 de fevereiro de 1946. De um lado a recém-formada União Democrática, coalisão partidária que congregava o setor majoritário da UCR, os Partidos Socialista, Comunista e Democrático Progressista (mais o silencioso apoio conservador), com a candidatura: José P. Tamborini e Enrique Mosca. De outro, apoiando J. D. Perón e J. H. Quijano, o Partido Laborista, sua principal força, mais um setor minoritário da UCR (Junta Renovadora), alguns grupos nacionalistas, o Exército e a Igreja, que, através de pastorais e dos púlpitos, pregava contra o ateísmo e elogiava a lei do ensino religioso, obra do movimento de 43.

A campanha eleitoral foi repleta de emoções, acreditando as duas facções na respectiva vitória. Um episódio com o ex-embaixador norte-americano na Argentina, S. Braden, trouxe um ingrediente novo à campanha. Braden acusou Perón de velhas ligações com o nazismo, conclamando os democratas a tomarem posição contra o candidato. Este retrucou com a fórmula nacionalista: Braden ou Perón, capitalizando, assim, a tentativa de ingerência estrangeira, ainda que em nome dos recém-vitoriosos princípios democráticos, nas eleições nacionais. Perón levou a melhor deste embate, pois saiu-se vitorioso da campanha, por uma pequena margem de votos, obtendo 1 478 000 votos contra 1 212 000 votos da

União Democrática.

O primeiro período presidencial de Perón (1946-1952) foi extremamente favorecido pela situação da Argentina no contexto internacional, pois, com a guerra, o país havia acumulado divisas no exterior; só com a Grã-Bretanha, o país tinha um crédito de 1 bilhão e 700 milhões de dólares. Além disso, nos anos imediatamente posteriores à guerra, a América Latina em geral foi um alvo bastante secundário dos interesses do capitalismo internacional, preocupados fundamentalmente com a reconstrução da Europa Ocidental e do Extremo Oriente. Nessa medida, as indústrias latino-americanas, ainda que de pequeno porte, pareciam ter uma longa vida sem percalços e sem o enfrentamento da concorrência estrangeira. Assim, do ponto de vista econômico, o primeiro período peronista viveu na euforia e teve possibilidades de, ao lado de fazer crescer a economia, oferecer aos trabalhadores aumentos salariais constantes e outros benefícios sociais.

Em fins de 1946, Perón anunciou o Primeiro Plano Quinquenal, com metas espetaculares, cumpridas apenas em pequena escala. A indústria leve cresceu extraordinariamente durante o período peronista; em 1946, havia 85 000 estabelecimentos industriais, que passaram a 145 000 em 1954, com um contingente de mão-de-obra que, no entanto, quase não aumentou: 1 milhão de operários. Em termos de indústria de base, suas realizações foram bem mais modestas, apenas a construção do combinado siderúrgico de S. Nicolau. Importantes obras de infra-

estrutura também foram executadas durante o período peronista: diques em Mendoza e Chubut e o gasoduto Comodoro Rivadavia—Buenos Aires. A indústria naval também foi estimulada e desenvolveu-se particularmente.

Muitas medidas de caráter nacionalista foram levadas avante pelo governo populista, desde a nacionalização das estradas de ferro, inglesas na maior parte, em 1947, e de outras empresas de transporte, de empresas elétricas, dos serviços telefônicos (em mãos dos americanos) até a criação de uma frota aérea do Estado (Aerolíneas Argentinas) e a empresa Gás do Estado. O Banco Central já havia sido nacionalizado, a instâncias de Perón, pelo governo de 43, e, com a fundação do IAPI (Instituto Argentino de Promoción del Intercambio), o presidente colocava todo o comércio exterior sob o controle do Estado.

O petróleo não foi nacionalizado e a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, criada por Yrigoyen na década de 20, continuou sua modesta existência com um campo de ação bastante restrito, ao lado das grandes companhias internacionais de petróleo.

As nacionalizações, todas efetuadas com o pagamento de indenizações, consumiram especialmente as divisas acumuladas durante a guerra; já em 1947, no início desse processo, haviam sido gastos 32% das mesmas. Este acabará sendo um dos problemas futuros enfrentados pelo populismo peronista.

Os operários passaram a ter nos sindicatos um respaldo seguro. As concessões feitas de 43 a 45 foram consolidadas e as leis trabalhistas já existentes

anteriormente, por pressão operária e pela atuação do Partido Socialista, eram seguidas rigorosamente: férias pagas, indenização por demissão, aposentadoria garantida, etc. Além disso, havia obras assistenciais dos sindicatos e principalmente da Fundação Eva Perón.

Do ponto de vista político, a centralização do poder e o crescente autoritarismo por parte do Executivo podiam ser nitidamente detectados. Assim, o Partido Laborista, sustentáculo da candidatura peronista, foi dissolvido, logo depois de sua posse, criando em seu lugar o Partido Único da Revolução, posteriormente Partido Peronista.

O Partido Peronista (PP) foi organizado em três setores: a ala masculina, a ala feminina (sob inspiração de Eva Perón) e a CGT (ala sindical). Esta, cada vez mais centralizada, crescia em dependência com relação ao Estado, sendo seu secretário-geral, particularmente depois de 1947, um homem mais ligado e mais atento ao governo do que às aspirações da base. O PP também foi um canal de atrelamento dos sindicatos do Estado, já que estes integravam a estrutura partidária.

Perón assim se pronunciava, a respeito do apoio sindical a seu governo, num discurso de 24 de setembro de 1952: "Nosso apoio, como sistema, está baseado, precisamente, nessas duas forças, a política — representada pelo justicialismo — e a sindical — representada pelo verdadeiro sindicalismo. Para que este sindicalismo possa desenvolver sua ação paralelamente ao governo é mister que seja livre. Nós não

temos, a partir do governo, nenhuma imposição sobre o sindicalismo. Temos, sim, um acordo, e quando eu vou tomar uma medida de governo os consulto e quando eles vão tomar uma medida me consultam. Nisso eles obtêm vantagem, mas eu obtenho uma vantagem extraordinária porque me asseguro assim do apoio político que de outra forma não teria nosso sistema. Porque estamos os dois defendendo um mesmo objetivo, que é o objetivo da NAÇÃO e eles o sabem, e no preâmbulo de cada declaração das organizações sindicais está colocado que o interesse supremo que se defende é a NAÇÃO".

O discurso de Perón é claro: acima dos interesses e das reivindicações das classes sociais está o interesse da Nação, representado pelo Estado personificado em Perón. Fica também evidente este entrelaçamento, para não dizer subordinação, dos sindicatos ao Estado, já que este expressa os "verdadeiros" interesses da Nação, submetendo a estes todas as demais aspirações. Voltaremos mais adiante a esse ponto.

Perón estimulou e incentivou a sindicalização; calcula-se que em 1947 a CGT tinha 1 500 000 filiados e, em 1951, essa cifra havia dobrado: eram 3 milhões de sindicalizados.

Perón, numa outra vertente, tomou medidas bastante arbitrárias com relação à Corte Suprema e à Universidade. A respeito da primeira, já em 1946, foram abertos inquéritos contra quatro dos cinco membros da Corte, sob vagos pretextos, mas em verdade por haverem discutido a constitucionalidade

de alguns decretos do governo de 43. Afastados os juizes, Perón demonstrou a força do Executivo diante do poder judiciário. A Universidade manteve sempre um foco antiperonista forte, ainda que tivesse havido por parte do governo intervenções, demissões e renúncias forçadas, além da criação de uma entidade estudantil oficial, em oposição à Federação Universitária Argentina.

Perón também se preocupou com a reformulação da Constituição e a 1ª de maio de 1949 era jurada a nova Constituição Justicialista (nome dado à política social de Perón), elaborada por uma Assembléia Constituinte. Os artigos mais polêmicos resumiram-se a dois: pelo artigo 40, todos os minerais, quedas d'água, jazidas de petróleo, gás e demais fontes naturais de energia, assim como todos os serviços públicos (estradas de ferro, gás, luz, telefone, etc.) pertenciam ao Estado e não poderiam ser alienados ou concedidos em exploração. O outro artigo — para alguns, o móvel fundamental da reelaboração da Constituição — rezava a possibilidade da reeleição presidencial, fato até então não permitido pela Constituição vigente de 1853. A proposição deste artigo foi a responsável pela retirada da bancada oposicionista da Assembléia; os trabalhos da nova Constituição foram terminados apenas pela bancada majoritária peronista.

Perón montou um aparelho de propaganda e repressão de grande envergadura que procurou atemorizar e silenciar toda e qualquer oposição. Nas palavras de Felix Luna, "a dureza crescente do poder

oficial relativamente à oposição não ocorria somente no plano parlamentar. No decorrer de 1948 o governo foi adquirindo, *bon gré, mal gré*, as radiodifusoras privadas, o que impediria às vozes dissidentes qualquer possibilidade de divulgar suas críticas: na campanha eleitoral de 1945/1946, alguns discursos da União Democrática chegaram a ser irradiados; até julho de 1955 as estações de rádio não transmitiram uma só voz, uma só opinião, um só nome oposicionista, vinculadas como estavam à Secretaria de Imprensa da Presidência da República, através de uma eficiente e esmagadora rede de propaganda. Somava-se a isso o fechamento (1948) do semanário socialista *La Vanguardia* e do radical *Provincias Unidas*, assim como de restrições postais à circulação de jornais como *La Prensa* e *La Nación*, que além do mais viam reduzido seu acesso às cotas de papel, o que diminuía deploravelmente a tiragem e o tamanho de suas edições. Acrescente-se que, em 1950, uma comissão parlamentar criada para averiguar denúncias de torturas transformou-se em liquidadora de centenas de pequenos jornais oposicionistas do interior do país, sob pretextos irrelevantes". (*De Perón a Lanusse*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, pp. 45-46).

O primeiro mandato peronista terminava sob forte tensão, com a sanção pelo Congresso do "estado de guerra interno" motivado por um levante militar frustrado, contra o governo, em setembro de 1951; esta sanção permanecerá até a queda de Perón em 1955, ampliando extraordinariamente os poderes



Perón em comício (17/10/1949).

do presidente.

Em 11 de novembro de 1951, Perón-Quijano foram reeleitos com 4 580 000 votos contra 2 300 000 sufrágios dos candidatos da chapa radical oposicionista, Balbin-Frondizi.

O segundo período presidencial caracterizou-se por uma situação muito diversa do período anterior. As reservas monetárias haviam-se acabado, o que impedia que o governo pudesse fazer investimentos produtivos na economia. Também as subvenções ao consumo começavam a pesar seriamente para o governo populista. Os capitais externos temiam investir na Argentina, especialmente em determinadas áreas, por não se sentirem suficientemente seguros, em particular com relação ao artigo 40 da Constituição Justicialista. Não havia poupança interna suficiente, pois a inflação crescia e duas más colheitas agravavam ainda mais a situação econômica interna. Nessas condições era muito mais difícil atender às reivindicações populares; a CGT, fortemente ligada ao governo peronista, estimulou seus mecanismos assistenciais, na medida em que o Estado não tinha mais condições de atender às suas aspirações. A ordem agora era produzir para o engrandecimento da nação e não fazer greves reivindicativas.

Um conflito com um dos sustentáculos do peronismo, a Igreja, eclodiu no segundo mandato presidencial, com consequências irreparáveis para o peronismo. A oposição, dentro dos grupos católicos, de um pequeno núcleo democrata-cristão antiperonista parece ter sido o fulcro do conflito. A partir daí,

Perón acusou alguns sacerdotes e bispos de estarem sabotando a obra governamental. Este estopim levou a um desentendimento — provavelmente com raízes mais fundas, por exemplo, o excesso de "atenção" do governo para com as massas trabalhadoras — que culminou numa oposição ferrenha, por parte da Igreja, com relação a Perón, particularmente depois que este toma uma série de medidas contrárias à Igreja: revogação da lei do ensino religioso obrigatório, implantação do divórcio e, em 1955, a proposta de separação entre a Igreja e o Estado. Do lado peronista, um anticlericalismo generalizado tomou conta de seus adeptos, que passaram a ver a Igreja como responsável por quase tudo que ocorria.

A situação econômica agravava-se; as classes médias não mais mantinham o mesmo apoio ao governo, pois a época da euforia passara. O arbítrio e o autoritarismo político do governo populista haviam feito muitos inimigos e as oposições, cansadas, manifestavam cada vez mais claramente seu descontentamento. Os opositores tradicionais do regime, a oligarquia agrarista, a fração mais poderosa da burguesia industrial e o capital estrangeiro em geral, empenhavam-se no rompimento da aliança entre capital e trabalho celebrada pelo populismo argentino. A situação econômica e a manutenção da reprodução do capital encaminhavam para uma nova solução de acomodamento entre o capital nacional e o internacional. A via nacionalista parecia esgotar-se.

A procissão de Corpus Christi, de 11 de junho de 1955, ultrapassou os limites de um ato religioso,

transformando-se num acontecimento político, com a participação compacta de opositoristas antiperonistas.

Em 15 de junho, a aviação naval bombardeava a Casa Rosada, com vistas à tomada do poder. Perón, avisado, não se encontrava lá, mas centenas de civis são vitimados fatalmente pelo bombardeio. A resposta dos adeptos do peronismo foi a queima indiscriminada de igrejas, recrudescendo o anticlericalismo. A situação política era extremamente tensa e Perón decidiu-se pela conciliação com as oposições. No entanto, como não houve mudanças substanciais no quadro conjuntural, Perón, diante do boato de sua iminente renúncia, falava às massas aglomeradas na Plaza de Mayo: "Responderemos à violência com uma violência maior. Para cada um dos nossos que cair, cairão cinco dos deles... Temos dado provas suficientes de nossa prudência... Oferecemos a paz: não a quiseram. Lutaremos até o fim! Esta luta que iniciamos não há de acabar enquanto não os tivermos aniquilado e esmagado!"

Em 8 de setembro, a possibilidade aberta pelo secretário geral da CGT ao Ministro do Exército, oferecendo a ajuda dos sindicatos como defesa armada do peronismo, perturbou as forças armadas, inimigas viscerais da idéia de milícias populares armadas. Ainda que Perón recusasse o convite, este parece ter sido o ponto de ruptura definitivo entre Perón e as forças armadas. Desnudava-se, assim, o fato de Perón estar perdendo prestígio entre os militares. Os grupos mais nacionalistas estavam decep-

cionados, pois viam uma distância muito grande entre o presidente que afirmara na Plaza de Mayo "corto os braços antes de assinar um acordo com os ianques", e o Perón que agora negociava um acordo com a Standard Oil Company para que esta empresa explorasse petróleo no território argentino. Crescia, assim, por razões diversas, o antiperonismo, sempre forte na Marinha, entre as demais correntes militares.

Em 16 de setembro de 1955 um levante militar iniciado na cidade de Córdoba, liderado pelo general Lonardi, futuro presidente argentino, avançava em direção a Buenos Aires. Em 22 de setembro, Perón renunciava, descartando qualquer possibilidade de luta civil, e dirigia-se ao exílio no Paraguai, passando pela República Dominicana de Trujillo, para finalmente se instalar na Espanha de Franco. Não se pode deixar de notar que os países por ele escolhidos como refúgio se distinguiam pelo mais forte conservadorismo, gravitando em torno da órbita norte-americana.

Perón caiu, Perón morreu, mas o peronismo permaneceu e permanece como forte corrente político-ideológica até hoje, abrigando homens da direita e da esquerda. Muito simplificarmente, diríamos que os da direita acreditam na forte dose nacionalista e conservadora constitutiva da sua perspectiva, e os da esquerda crêem na aliança das massas ao peronismo e na possibilidade de um salto qualitativo — revolucionário — que encaminhe para o socialismo.

Perón, no seu governo, não se valeu, como mui-

tos afirmam, apenas de seu carisma, nem conseguiu a adesão das massas, simplesmente, com a sua demagogia, numa tentativa consciente de enganá-las. Perón tinha indubitavelmente um forte carisma — da mesma forma que Eva Perón —, fazia discursos retóricos e demagógicos, mas também tomou medidas concretas, efetivas, que beneficiaram realmente os assim chamados "descamisados". O que é preciso enfatizar é que seu governo esteve sempre sob a égide do *capital* e que os próprios limites de sua ação, de sua política social, estavam determinados pela sua opção capitalista. Não se deve, portanto, encobrir ideologicamente tal fato.

Mesmo do ponto de vista do capitalismo, a Argentina não mudou basicamente. Como afirma M. Kaplan, "o governo peronista não modificou substancialmente a estrutura sócio-econômica tradicional da Argentina. Falta-lhe uma estratégia deliberada e concreta de transformações econômicas e sociais. Dois planos quinquenais que adota sucessivamente não passam de ser recapitulações de projetos incoesos, mais arma propagandista que instrumentos eficazes de modificações estruturais. A dependência externa do país, em comércio e inversões com relação à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos, é atenuada em aspectos laterais, mantida e agravada nos níveis decisivos. O regime agrário latifundista continua intacto, salvo algumas restrições na comercialização externa dos cereais (a de carnes continua nas mãos dos frigoríficos estrangeiros)". (*América Latina: História de Medio Siglo, México, Siglo XXI, 1976,*



Condecoração de Eva Perón com a "Gran Cruz de Isabel a Católica", pelo generalíssimo Franco — Madri — Junho de 1947.

p. 26).

É importante lembrar qual a perspectiva de Perón sobre a "doutrina" de seu governo. Perón se apresentava e se considerava como "terceirista", isto é, advogava uma terceira posição, nem capitalista, nem socialista. Para ele, uma fórmula ideal que combatia o imperialismo e, internamente, a oligarquia. Acreditava na iminência de uma 3ª guerra mundial em que os dois gigantes, EUA e URSS, se enfrentariam, correspondendo, assim, ao declínio, em nível internacional, dos dois sistemas vigentes. A Argen-

tina representaria a esperança de um novo mundo, o gérmen de um novo sistema, onde reinaria a paz e a justiça social. Em muitos discursos, Perón criticava e combatia as idéias socializantes, assumindo-se como anticomunista. A respeito do capitalismo afirmava em 1946: "Não somos de maneira alguma inimigos do capital, e se verá no futuro que temos sido seus verdadeiros defensores. É mister discriminar claramente entre o que é o capitalismo internacional dos grandes consórcios de exploração forânea e o que é o capital patrimonial da indústria e comércio. Nós temos defendido este último e atacado sem quartel e sem trégua o primeiro. O capitalismo internacional é frio e desumano, o capital patrimonial da indústria e comércio representa, segundo nosso entender, a ferramenta de trabalho dos homens de empresa. O capital internacional é instrumento de exploração, e o capital patrimonial o é do bem-estar; o primeiro representa, portanto, a miséria, enquanto o segundo, a prosperidade".

Esta distinção entre dois tipos de capital deixava clara a defesa do capitalismo. Perón não via com bons olhos o capital internacional, na medida em que defendia um projeto econômico capitalista de orientação nacionalista (como vimos, não pôde levar a cabo tal projeto).

Perón reconhecia, no interior da sociedade argentina, a existência de classes sociais, bem como admitia o conflito entre seus interesses. Contudo, acreditava que esse conflito não implicasse na destruição da organização social, e sim na harmoniza-

ção daqueles interesses mediante a ação tuteladora do Estado. No entanto, privilegiando o Estado, julgava ser este a única entidade capaz de realizar os "supremos interesses" do indivíduo e da Pátria. Na verdade, os "interesses" dos indivíduos estavam identificados e eram sintetizados pelos "interesses" da Pátria. Tal como se pode depreender do seu discurso: "A terceira posição argentina, pois, começa por dignificar a vida do indivíduo em cada conglomerado nacional. E o faz mediante a justiça social, quer dizer, equilibrando dentro de seu seio, mercê à suprema tutela do Estado, suas duas forças dinâmicas e opostas: o trabalho e o capital. Não o faz mediante o sacrifício de uma em benefício da outra: persegue sua conciliação e o consegue antepondo às ambições de cada uma delas o nobre imperativo de respeitar sobre todas as coisas os supremos interesses do indivíduo e da Pátria". (J. D. Perón, *La Tercera Posición Argentina*, Buenos Aires, Ediciones Argentinas, 1973, p. 13).

Ainda que paradoxal, tais discursos surtiam efeito, especialmente porque Perón, pela primeira vez na história argentina, elegia, como seu principal interlocutor político as classes trabalhadoras. Suas críticas aos oligarcas, confundidos aí, de forma ampla, com os homens ricos, se multiplicavam. Suas proposições de defesa das aspirações dos trabalhadores, de luta pela justiça social, eram recebidas com entusiasmo pelas massas.

Em seu discurso de posse, em 4 de junho de 1946, assim se expressava: "Por isso, o triunfo do

povo argentino deixou deslumbrados aos que viviam na obscuridade do interesse criado, à margem da torrente de sentimentos em que se deleita a alma popular. Criou-se uma atmosfera artificial de tanto repetir que somos um país rico e de calar que eram extraordinariamente pobres as massas trabalhadoras; criou-se um falso conceito da vida ao favorecer o desenvolvimento das más artes políticas e fomentar as atividades à margem da lei; vivia-se uma simples aparência de legalidade sufocada ainda pela hera dos privilégios. Compreende-se que, ao desmoronar o tablado da antiga farsa, todos os cúmplices ficaram deslumbrados diante da insólita exposição da verdade nua. Foi este o estilo que comoveu as massas trabalhadoras, que as ligou às restantes classes sociais e que acabará por se impor definitivamente, como ocorre com todos os sentimentos que se aninham nas entranhas do povo".

Todo o discurso de posse segue invocando o povo, as massas trabalhadoras, salientando o compromisso do Estado para com elas. O trabalhador se constituía na riqueza da nação e, como tal, o Estado deveria ajudá-lo, protegê-lo, vigiá-lo, pois em diversos discursos Perón proclamava a tutela do Estado sobre toda a sociedade, mas o tom paternalista se acentuava nas suas observações a respeito das massas trabalhadoras.

Estabelecendo-se as relações entre a postura autoritário-paternalista do Estado peronista, com seu projeto político "terceirista", entende-se o raciocínio de Perón relacionado às soluções possíveis e

viáveis para a Argentina: "Se nós não fizermos a revolução pacífica, o povo fará a revolução violenta... E a solução deste problema tem que se levar avante, fazendo justiça social às massas. Esse é o remédio que, ao suprimir a causa, suprime também o efeito". (J. D. Perón, *El Peronismo Ayer y Hoy*, México, Diogenes, 1974, p. 13). Nas palavras finais, Perón se referia aos abusos do capitalismo como causa do descontentamento social que fazia emergir o comunismo. Assim, dizia ele, eliminada a causa (capitalismo) — já que a Argentina adotava o regime "terceirista" — estava derrocado também o efeito (comunismo). Saliente-se, ainda desta vez, a mesma visão de Cárdenas ou do nosso Antônio Carlos (em outro contexto), isto é, " façamos a revolução, antes que o povo a faça". Com efeito, os dirigentes argentino e mexicano tinham presentes a injustiça, a miséria, a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores sob o regime capitalista, e pretendiam resolver todos esses males com um regime político paternalista, conclamando a todos para se unirem num pacto de classes em que cada uma teria vez e voz. O móvel fundamental dessa posição parece ter sido o medo de uma revolução, levada às últimas consequências, liderada pelas massas trabalhadoras. Para evitar o momento de choque, pretendia-se um regime que, no nível do discurso, dirigia-se às massas e as elegia como interlocutor político, e que no nível da prática política fazia concessões aos trabalhadores, legislava em seu benefício e procurava contornar alguns de seus problemas.

CONCLUSÕES

Apresentadas essas duas situações históricas — México e Argentina — onde o fenômeno populista ocorreu de forma diversa —, a que conclusões podemos chegar?

Em primeiro lugar, salientemos as especificidades dos dois casos; o populismo mexicano se manifestou como um desdobramento da Revolução Mexicana. A burguesia mexicana, conscientizada de seu papel pela experiência da própria história nacional, mostrou sua face mais progressista no governo de Lázaro Cárdenas. A prática da concessão — sempre com limites precisos — foi a mesma já utilizada em momentos decisivos da Revolução Mexicana. Um país que passou por um acontecimento tão radical quanto o levante armado organizado e renitente dos camponeses, ensinou à sua classe dominante, vencedora nesse processo, como agir. Cárdenas surgiu como o espelho dessa burguesia mais progressista

que acreditava na necessidade das reformas para sua sobrevivência. No entanto, se o presidente recebeu o apoio das forças políticas de esquerda, em particular do Partido Comunista Mexicano, não fez um governo tranqüilo, congradando sob seu abrigo todas as frações de classe dominante.

As eleições para presidente, em 1940, demonstraram as próprias dificuldades da linha de ação defendida por Cárdenas. Seu candidato, que se propunha continuar sua política reformista, Francisco Mújica, não chegou a ser o candidato oficial do partido. M. Ávila Camacho, como representante da corrente moderada, foi o escolhido como candidato do Partido da Revolução Mexicana (futuro PRI) às eleições presidenciais. Seu adversário, J. Andrew Almazán, representante dos grupos mais conservadores (ligados também aos interesses norte-americanos), foi derrotado no pleito. A oposição de direita ao governo populista foi considerável e o grande número de pequenos partidos ou movimentos — por exemplo, o Partido Revolucionário Anticomunista, o Comitê Revolucionário de Reconstrução Nacional, a Frente Constitucional Antidemocrática, o Partido Nacional de Salvação Pública — davam uma medida de sua mobilização, aglutinando-se em torno da candidatura de Almazán (patrocinada pelo Partido de Ação Nacional).

Além dessa luta partidária, desenvolveu-se durante o período cardenista um movimento conhecido como *sinarquismo*, que perdurou até os anos sessenta, com características, à época, nitidamente fas-

cistas, aliadas a um catolicismo ultramontano.

Do ponto de vista político e ideológico, nas suas ações e nos seus discursos, especialmente até 1938, Cárdenas mostrou-se progressista e não repressor. O Estado cardenista não reprimiu as greves nem outras manifestações operárias ou camponesas. A oposição que a ele se fez demonstrava, de certa forma, onde se encontrava Cárdenas, no leque das opções e posições políticas. No entanto, como já vimos, o presidente estruturou de tal forma o partido oficial que integrou as organizações sindicais ao Estado, via partido político. O Executivo, já pelas prerrogativas da Constituição de 1917 extramamente forte, cresceu em termos de centralização do poder. O Estado, à época de Cárdenas, consolidou-se, burocratizou-se e se fortaleceu diante da sociedade como um todo; os principais canais de participação política passaram a estar articulados à estrutura estatal, de forma particular o PRI, além dos sindicatos urbanos e rurais.

Por outro lado, a Argentina populista apresenta um quadro muito mais conflitivo. O peronismo se caracterizou também por uma política de concessões à classe operária; mas, ao lado das concessões, a postura autoritária e repressiva do regime contra oposicionistas em geral — entre eles muitos sindicalistas — foi evidente. Além disso, a política posta em prática por Perón levou a um atrelamento dos sindicatos à burocracia estatal, estabelecendo, como aqui no Brasil, fortes vínculos entre os sindicatos e o Estado. No entanto, saliente-se que os sindicatos argentinos estavam constituídos antes da instalação do go-

verno populista e, durante o regime peronista, são reconhecidos como uma mediação entre trabalhadores e poder político.

Seu discurso político, distinto do discurso de Cárdenas, está embasado, do ponto de vista ideológico, no tripé mais caracteristicamente nacionalista e conservador: Deus, Pátria e "povo".

A Igreja Católica, profundamente conservadora na Argentina, passou do irrestrito apoio à oposição mais ferrenha, contribuindo, paradoxalmente, para sua ascensão e para sua queda. Determinadas frações da classe dominante, como os grandes produtores de cereais e carne, a burguesia intrinsecamente ligada ao capital externo, também se constituíram em opositores constantes. A esquerda cindiu-se, no apoio ao peronismo, desde antes da tomada do poder até os anos posteriores à sua derrubada. Alguns grupos o apoiaram; outros, entre os quais os Partidos Comunista e Socialista, fizeram-lhe oposição constante. Diante desse quadro, ao qual se deve adicionar o apoio irrestrito da maior parte da classe operária, torna-se difícil uma rotulação do fenômeno peronista, correndo-se o risco de uma simplificação do populismo argentino.

Um tema bastante controverso na historiografia argentina, o do apoio da classe operária a Perón, também deve ser aqui mencionado. Uma corrente historiográfica, da qual fazem parte Germani e Di Tella, entende que o apoio das classes trabalhadoras ao peronismo se deu pelo despreparo de uma larga parcela do operariado que, na década de 30, acabava

de chegar aos centros urbanos e se proletarizar. Nesta perspectiva então, as massas teriam caído no engodo do peronismo, em função de sua despolitização e falta de tradição operária. Sua origem rural, seus padrões de comportamento, seu despreparo político colaboraram para que se deixassem enganar pelos discursos e promessas demagógicas de Perón.

Numa outra vertente, alguns autores, como M. Murmis e J. C. Portantiero, indicam que para a compreensão deste apoio e desta fidelidade dever-se-ia estudar a própria organização sindical anterior à tomada do poder por Perón. Na sua organização, nas suas lutas internas, nas suas propostas políticas e no seu embasamento ideológico, particularmente na década de 30, é que as origens do apoio ao peronismo deviam ser buscadas. Aliada à compreensão das lutas do movimento operário argentino, a repressão por parte do governo, desde 1943, constituía também fator importante, na medida em que se derrubavam as lideranças sindicais ligadas ao socialismo.

Em resumo, a tese dos autores, em oposição à já apresentada, indica que este enfoque "não significa deixar de lado, em absoluto, o papel representado pelos operários recém-incorporados à indústria e pelos sindicatos que se organizaram, logo após 1943, mas revitalizá-la em favor de uma aproximação alternativa do problema da participação operária no peronismo, que, antes do que reforçar a divisão interna da classe operária, toma como ponto de partida o oposto: a unidade da mesma, como setor social submetido a um processo de acumulação capitalista

sem distribuição de renda durante o processo de industrialização sob controle conservador, que tem lugar durante a década de 30". (*Estudos Sobre as Origens do Peronismo*, S. Paulo, Brasiliense, 1973, pp. 65-66). Continuam argumentando que, durante a década de 30, quando se deu um processo de crescimento do capitalismo, sem intervencionismo social — ao contrário do Brasil, onde os dois processos são paralelos —, acumularam-se reivindicações operárias que os sindicatos não conseguiram satisfazer, tendo em vista o sistema político vigente. Entre 1943 e 1946, através de medidas concretas tomadas por parte do Estado, muitas das aspirações operárias são alcançadas. O peronismo começava, dessa maneira, a arregimentar seus adeptos.

Para a esquerda opositora, Perón, seguindo os moldes fascistas, contribuiu para a despolitização das massas trabalhadoras e para a redução e limitação das lutas operárias a reivindicações eminentemente econômicas. Por outro lado, a esquerda que apoiava o peronismo acreditava fundamental a ligação estreita das classes trabalhadoras a seu líder e pretendia, dentro da organização política, lutar para que o peronismo encaminhasse e desembocasse no socialismo. Para alguns líderes desses grupos, essa esquerda nacional e popular se contrapunha historicamente a uma esquerda tradicional "atacada pelo óxido de sua divergência com as massas argentinas".

A ambigüidade do peronismo como fenômeno histórico, principalmente depois da queda de Perón, se traduz na composição interna do movimento, em

que lutam, dentro de suas próprias fileiras, uma ala direitista, conservadora e outra esquerdista, progressista.

Reconhecemos que a análise desses dois momentos históricos não podem nos levar a uma conceituação teórica precisa do populismo. Nos limites desta análise, embora admitamos os riscos de nossa opção analítica — como assinalamos no início do livro — valemo-nos de algumas das conclusões dos trabalhos produzidos por F. Weffort e O. Ianni sobre o populismo.

Em verdade, podemos nos deter e discutir, à luz dos casos expostos, algumas das interpretações mais bem elaboradas de autores brasileiros.

Para Weffort, como já adiantamos, preocupado que está com a análise dos casos brasileiro e argentino, o populismo se caracteriza fundamentalmente pela emergência das classes populares nas lutas sociais e políticas. Se, por um lado, esta perspectiva se aplica inteiramente à Argentina e ao Brasil, o caso mexicano se distingue dos mencionados, pois a emergência das classes populares se dá muito anteriormente ao fenômeno populista. Além disso, o próprio populismo mexicano se explica, na sua especificidade, pelas manifestações populares na Revolução Mexicana. O caráter progressista do populismo mexicano está diretamente relacionado ao notável levante camponês e operário do México e suas incisivas reivindicações. Isso não implica na negação de que também no México Cárdenas tenha como principal interlocutor político às classes populares, persona-

gens centrais no cenário político.

Outra questão importante constitui-se na do surgimento do populismo como resposta a um vazio no poder correspondente à quebra da hegemonia política oligárquica pós-crise do modelo agroexportador. Essa análise nos parece extremamente adequada ao Brasil e Argentina; note-se que no Brasil a Revolução de 30 corresponde a uma ruptura na hegemonia política da oligarquia cafeeira, preenchendo o populismo varguista este vazio. Na Argentina, o golpe que derruba Yrigoyen, extremamente conservador, permitiu às oligarquias exportadoras se manterem no poder até o próximo golpe de 1943. Então, as contradições do modelo exportador, a industrialização crescente, agravadas evidentemente por uma funda crise política, abriram a brecha para a emergência do populismo peronista. Entende-se, assim, pela situação político-social interna do Brasil e Argentina, a defasagem de 15 anos entre o advento dos dois populismos. No entanto, no México a problemática deve ser entendida de forma diversa. A ruptura, pela revolução, do regime oligárquico, se fez muito antes, em 1910, com a Revolução. Terminada a etapa revolucionária, a burguesia assumiu a liderança do processo-e, em 1930, não houve golpe no México. Não houve também rupturas no poder que permitissem uma mudança mais radical. O populismo cardenista está relacionado com as dificuldades econômicas pós-crise de 29 e significa, mais que tudo, a hegemonia dos grupos mais progressistas que tinham feito a Revolução. O processo político poste-

rior, em que, baseados na fortíssima estrutura estatal selada por Cárdenas, os governantes caminharam cada vez mais para o conservadorismo, representa já uma nova etapa da história mexicana, em que se mesclam os antagonismos internos das classes sociais e os problemas de uma economia "periférica" diante das necessidades do contínuo crescimento do capitalismo.

Portanto, voltando à questão do populismo mexicano, este não representou uma crise de hegemonia e sim a necessidade das classes dominantes de, para manter o poder, fazerem concessões às classes populares nesse momento histórico difícil. Se tal não ocorresse, poder-se-ia abrir um novo ciclo mais violento de reivindicações populares.

Outra questão muito discutida está diretamente relacionada a uma visão um tanto psicologizante da História, que vê no carisma do líder populista um dos fatores fundamentais para a compreensão do fenômeno.

Creemos ter deixado claro, em toda a análise que fizemos, a inconsistência de tal argumento. O populismo não pode ser explicado basicamente pela simples aparição de um líder que, demagogicamente, carrega e dirige as massas para a direção que lhe aprouver. Há inúmeras variantes que interferem no processo histórico e o conhecimento delas é que nos pode aproximar do real. O carisma de uma Eva Perón, por exemplo, é mais um dado, que obviamente deve ser levado em conta por parte do analista, na compreensão do fenômeno populista. Mas

não pode ser entendido como o fator determinante, como se as massas caíssem nos braços do primeiro demagogo que se lhes surgisse à frente.

Assim, como Weffort já assinalou, o fenômeno populista corresponde a uma *manipulação* das massas por parte do líder, mas também corresponde a uma *satisfação* de aspirações longamente acalentadas. Dessa maneira, o líder populista, em geral com forte dose de carisma, ao mesmo tempo em que procura manipular as massas para que elas se enquadrem dentro dos limites por ele impostos, também ativa mecanismos de satisfação de velhas aspirações — um exemplo, apenas, a legislação social — das massas trabalhadoras.

Octavio Ianni, em seu conhecido trabalho sobre o populismo latino-americano (*A Formação do Estado Populista na América Latina*, Rio, Civilização, 1975), aponta em suas considerações finais algumas relações que podem ser estabelecidas entre o populismo e a industrialização, a urbanização e o nacionalismo. Assim, afirma que "o populismo seria ininteligível se não fosse analisado tendo-se em conta, sempre, o fato de que ele se insere num tempo de transformações acentuadas dos subsistemas capitalistas na América Latina". (pp. 150-151). E desenvolve essa idéia, mostrando como o populismo se relaciona às crises do capitalismo mundial que esgotam na América Latina o célebre modelo agroexportador e que acarretam fortes crises políticas, com a perda de poder das oligarquias exportadoras. O populismo assume uma postura econômica favorável

à industrialização e à preponderância da indústria sobre as demais atividades econômicas. A industrialização é entendida como sinal de desenvolvimento e o papel do Estado também passa a ser visto de outra maneira, na medida em que o populismo prega a intervenção do Estado na economia, como elemento propulsor e incentivador do crescimento das forças produtivas capitalistas.

Além disso, Ianni indica que o populismo é um fenômeno eminentemente urbano. Tal afirmação está adequada perfeitamente à Argentina, ao Brasil e a outros casos também, mas não se aplica ao México (na Bolívia se dá o mesmo), onde o populismo atinge e mobiliza as massas rurais (como o próprio autor salienta). No México, um dos sustentáculos sociais do regime cardenista foi, sem dúvida alguma, o campesinato.

O populismo se apresenta também como nacionalista, na medida em que busca uma saída nacionalista (pelo menos no plano teórico e em algumas poucas medidas concretas) para as economias latino-americanas, e estabelece como inimigo primordial o imperialismo. No caso da Argentina como no do Brasil, a análise feita pelos populistas indica que o imperialismo está visceralmente articulado às oligarquias agroexportadoras, eleitas assim como o perigo interno maior. O fracasso dos regimes populistas atesta, na realidade, a impossibilidade da saída nacionalista para o contínuo crescimento do capitalismo na América Latina.

Do ponto de vista ideológico, os governos popu-

listas alicerçam seus argumentos numa visão harmônica da sociedade, em que todos os conflitos devem se dissolver para a grandeza da Nação. Como diz O. Ianni, "a ideologia populista tende a diluir as linhas que distinguem as classes sociais e marcam os seus antagonismos, ao valorizar positivamente todas as manifestações da aliança policlassista. Em nome do nacionalismo, por um lado, e da industrialização e reforma agrária, por outro, negam-se ou minimizam-se as contradições de classes. Os movimentos, partidos e governos populistas — principalmente estes — preconizam a 'paz social', a 'harmonia das classes' ou a 'aliança entre o capital e o trabalho'. Os inimigos são a oligarquia (patrões, caciques, caudilhos, *gamonales*, coronéis) e os interesses estrangeiros ou o imperialismo" (p. 160).

Em suma, o populismo latino-americano representou uma ampla mobilização das classes populares e sua inserção direta nas lutas políticas, transformando-se num dos principais setores sociais de que o sistema político necessitava para a sua legitimação.

Os populismos mexicano e argentino, no afã de escapar aos dois sistemas — o capitalismo e o socialismo — contribuíram, de um lado, para o crescimento e o fortalecimento da burguesia e, de outro, para o atrelamento dos sindicatos e das organizações político-partidárias das classes populares ao Estado burguês.